

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e vinte e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Paulo Duarte e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o segundo-secretário, para a leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados, público aqui presente e quem nos acompanha pela Rádio e TV Alems. *“Ata da Quadragésima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta e três minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Quarenta e Cinco da Trigesima Nona Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 137/2025, do Poder Executivo; Ofício nº 1.506/2025, da Presidência da República; Ofício nº 151/2025, do Ministério do Esporte; Ofício nº 6079/2025, da Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 29.500, 30.164, 30.173, 30.177, 30.181, 30.185, 30.225, 30.404, 30.410, 30.414, 30.418, 30.422, 30.427, 30.434, 30.438, 30.559, 30.571 e 30.587/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 91 e 123/2025, da Prefeitura Municipal de Ponta Porã. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Pedro Kemp, Marcio Fernandes, Paulo Duarte, Zé Teixeira, Paulo Corrêa e Lia Nogueira. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Coronel David, Lucas de Lima, Jamilson Name, João Henrique, Gleice Jane, Zé Teixeira e Pedrossian Neto. **GRANDE EXPEDIENTE** – Não houve oradores inscritos. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em segunda discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 130/2024, de autoria do deputado Junior Mochi; Projeto de Lei nº 185/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Lei nº 86/2025, de autoria do Poder Executivo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 72/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada aos familiares de Divaldo Pereira*

Franco; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçadas aos familiares de Ildo Carnevalli e André Pinheiro Oliveira; requerimento de moção de congratulação, de autoria da Casa, endereçada a José Vitor Leme Batista, pela conquista do título de Tricampeão Mundial no esporte montaria em touro da PBR (Professional Bull Riders) na temporada 2025, no Texas, EUA; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Viação Dourados LTDA – Medianeira Dourados, pela passagem de seu 21º aniversário de fundação, celebrado em 13 de maio de 2025; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à empresa Campanholli e Cia Ltda - Pneu Center, pela importante marca de seus 36 anos de fundação, comemorados em 10 de abril de 2025; requerimento de moção de Congratulação, de autoria da deputada Mara Caseiro, endereçada à atleta Gisele Bittencourt Venâncio, do município de Dourados, por sua brilhante participação e seus excelentes resultados na Maratona de Londres 2025, sagrando-se como a brasileira melhor classificada entre os participantes, elevando com excelência o nome de Mato Grosso do Sul e do Brasil no cenário esportivo internacional; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao senhor Alexandre Magno Benites de Lacerda, atual Procurador-Geral Adjunto de Justiça do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, por sua eleição no terceiro escrutínio, com dezoito votos, como representante do Ministério Público dos Estados para o mandato como integrante do Conselho Nacional do Ministério Público; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Walmir Fagundes de Souza, em reconhecimento pelo auxílio remoto no parto de uma mulher na área rural do município de Ladário; requerimento de moção de congratulação de autoria do deputado Coronel David, endereçada ao subtenente da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul e pertencente ao Bope (Batalhão de Operações Especiais), senhor Douglas dos Santos Ferreira, em reconhecimento por salvar a vida de um jovem de vinte anos que tentou se suicidar, em pleno Dia das Mães, jogando-se do pontilhão situado na avenida Ceará, no município de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos guardas municipais Douglas de Sousa Brito da Cruz, Elivelton Moreira de Farias, Felipe Porto de Oliveira, Nilson da Silva Júnior e Jonas Laier Nogueira Júnior, da Guarda Municipal de Dourados, pelo ato heroico no atendimento prestado ao bebê Valentina Vieira Silva, ocorrido no dia 16 de abril de 2025, em Dourados; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada aos organizadores do Miss e Mister Indígena, realizado no dia 26 de abril de 2025, na reserva indígena de Dourados; requerimento, de autoria do deputado Caravina, solicitando o cancelamento da reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para a data de 04/06/2025, das 14:00 às 17:30, para a realização do 1º Seminário da Frente Parlamentar Municipalista com o tema 'Os impactos da Reforma Tributária para os Municípios'; requerimento de informações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Gleice Jane e Coronel David; indicações, de autoria dos deputados Junior Mochi, Renato Câmara, Mara Caseiro, Jamilson Name, Zé Teixeira, Coronel David, Lia Nogueira, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Roberto Hashioka, Caravina, João Henrique e Professor Rinaldo.

EXPLICAÇÕES PESSOAIS – Usou da palavra o deputado Renato Câmara. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente

Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte de maio do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao deputado Paulo Duarte que assuma momentaneamente a primeira-secretaria e proceda à leitura do expediente desta sessão.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Duarte - PSB) — Bom dia, deputado Paulo Corrêa, que assume momentaneamente a presidência; bom dia, senhoras e senhores deputados, bom dia aos presentes a esta sessão. Expediente da Sessão Ordinária do dia 21 de maio de 2025: Mensagem nº 17/2025, do Poder Executivo, submetendo à aprovação desta Casa de Leis os seguintes convênios: Convênios ICMS, Ajustes Sinief e Protocolo ICMS, celebrados no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz); Ofício nº 6.048/2025, da Agência Estadual de Defesa Sanitária, Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Marcio Fernandes (Prot. nº 778/2025); Ofícios nºs 30.151, 30.156, 30.160, 30.169, 30.190, 30.206, 30.210, 30.216, 30.219 e 30.357/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Coronel David, Roberto Hashioka, Junior Mochi, Lia Nogueira, Zé Teixeira e Gleice Jane. Está lido o expediente desta sessão, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o ilustre deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, peço permissão para ler uma moção de pesar, endereçada aos amigos e familiares de Pedro de Moraes Martinez, em razão do seu falecimento ocorrido a 19 de maio do corrente ano. Conhecido carinhosamente como "Pedroka", aos cinco anos foi ele diagnosticado com distrofia muscular de Duchenne, doença genética rara que causa a degeneração progressiva dos músculos esqueléticos. Entretanto as limitações trazidas pela doença não limitaram os sonhos de Pedro, que se formou em Jornalismo, tendo atuado em grandes jornais da nossa capital além de ter sido servidor da Câmara Municipal de Campo Grande. Autor de diversos livros, difundiu conhecimento através da literatura e da música. Com seus pais, Rosana e Renê, Pedroka foi exemplo de luta, superação e força: juntos levaram informações para todo o país acerca das doenças raras, inclusive debatendo políticas públicas com o Ministério da Saúde, através da Associação de Doenças Neuromusculares de Mato Grosso do Sul (Adone). Foi por meio deles que nasceu a Lei nº 5.019/2017, estabelecendo o Dia Estadual de Conscientização das Doenças Raras em Mato Grosso do Sul, a ser comemorado anualmente no dia 28 de fevereiro. Pedroka deixa um legado importante e

será lembrado carinhosamente por todos que o conheceram; com sua ousadia e persistência, ajudou a transformar os ambientes por onde passou. Esta Casa de Leis expressa sua solidariedade aos familiares e amigos de Pedro, especialmente aos pais Rosana e Renê, rogando a Deus o conforto e a proteção de todos os enlutados. Era o que tinha, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Coronel David... Com a palavra o ilustre deputado presidente da CCJR, delegado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente, quem nos acompanha pela Rádio e TV ALEMS. Senhor presidente, eu trago um projeto de resolução que "institui, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Medalha e o Diploma de Honra ao Mérito Legislativo em homenagem à Helena Meirelles". Na verdade é só uma alteração; fizemos ano passado o evento do centenário de Helena Meirelles, hoje vai ser votado, em redação final, o Dia Estadual da Mulher Música Instrumentista. Na verdade essa resolução é para que esse evento realizado ano passado aconteça todos os anos, é só para organizar a questão do calendário, para que o 13 de agosto fique de forma perene como o dia de celebração da mulher música instrumentista. Indicação. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antonio Carlos Videira, com cópia autônoma à subsecretária de Políticas Públicas para Mulheres, Manuela Nicodemos Bailosa, solicitando as providências necessárias para a implementação do Promuse (Programa Mulher Segura MS) no município de Mundo Novo, com vistas a fortalecer a rede de proteção às mulheres e promover a prevenção à violência doméstica, por meio de ações coordenadas e eficazes. O Promuse, que atua na segurança da mulher, é um importante programa da Polícia Militar. Esse pedido é dos vereadores Élcio Rodrigues de Souza, o "Élcio Policial", que conhece do assunto, ele é policial civil, e do Valdenir de Souza, o "Ravini". A segunda indicação é endereçada ao secretário de Turismo e Cultura de Mato Grosso do Sul, Marcelo Ferreira Miranda, com cópia autônoma ao superintendente de Políticas Integradas de Proteção da Vida Animal, Carlos Eduardo Leite Rodrigues dos Santos, solicitando a inclusão do município de Paranaíba na Caravana de Castração Móvel, promovida pelo Governo do Estado, visando, com isso, atender a alta demanda dos moradores do município. A Caravana da Castração, que se inicia agora mês que vem, deve fazer mais de mil castrações no estado — acompanho de perto o assunto desde quando era secretário de Governo —, e agora vem esse pedido lá do vereador César Moreti, de Paranaíba, solicitando que Paranaíba seja também incluída na Caravana da Castração. Todos os municípios serão atendidos, embora, lógico, de forma gradativa, mas o vereador gostaria

que Paranaíba fosse contemplada já nessa primeira edição (se não, na segunda), já que, segundo ele, o seu município registra um alto número de problemas com animais, inclusive de zoonoses. Era só, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, demais membros da mesa, demais colega! Bom dia àqueles que nos acompanham pela Rádio e TV Alems. Tenho aqui um projeto de lei, projeto que "assegura às mulheres submetidas à mastectomia prioridade no atendimento e tratamento fisioterapêutico no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Fica assegurada às mulheres mastectomizadas prioridade no atendimento e tratamento fisioterapêutico em toda a Rede Pública de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul, após a realização da cirurgia. Parágrafo único - Para que o atendimento seja preferencial, a mulher mastectomizada deverá informar essa condição no momento do agendamento e apresentar documentação médica comprobatória, que consiste em laudo médico informando o diagnóstico de câncer de mama, a realização da mastectomia e a necessidade de tratamento fisioterapêutico. Artigo 2º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação. Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação". Justificativa: A presente proposta visa garantir prioridade no agendamento e tratamento fisioterapêutico às mulheres mastectomizadas no Estado de Mato Grosso do Sul. Tal medida justifica-se pela importância crítica da fisioterapia no pós-operatório da mastectomia, período em que o tratamento tem como objetivos principais: controlar a dor, especialmente na região cervical; prevenir ou tratar linfedemas; recuperar a força muscular; manter a amplitude de movimento do membro superior; e evitar o encurtamento muscular. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao governador Eduardo Corrêa Riedel, com cópia ao senhor Washington Willemann de Souza, diretor-presidente da Agraer, solicitando a viabilização de uma grade niveladora para uso coletivo, para a Associação das Mulheres Produtoras do Assentamento Guaicurus, do município de Bonito. A proposta em questão atende a uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pela Associação das Mulheres Produtoras do Assentamento Guaicurus, representado pela sua presidente, Zenaide Leite da Silva. A agricultura é uma das principais atividades daquela comunidade, e a grade

niveladora facilita o preparo do solo para o plantio, melhorando-lhe a qualidade e a produtividade, o que impacta diretamente na geração de renda dos produtores locais e no fortalecimento da economia regional. O uso compartilhado da grade niveladora beneficiará diretamente os moradores e produtores locais, facilitando a conservação das vias e promovendo melhores condições de trabalho. Outra indicação, esta a ser encaminhada ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando a reforma da Escola Estadual Maria de Lourdes Aquino Sotana (com a aquisição de equipamentos), do município de Naviraí. A presente proposta chegou ao nosso gabinete através do vereador Josias de Carvalho, do Republicanos. A solicitação dos seguintes equipamentos visa à melhoria das condições pedagógicas, administrativas e de segurança da unidade escolar: televisores para uso em sala de aula e noutros espaços pedagógicos, com o objetivo de apoiar atividades didáticas e projetos interativos; armários com fechadura, para o armazenamento seguro do material escolar, documentos e demais pertences dos profissionais da educação; câmeras de segurança, para o reforço da segurança do ambiente escolar, visando à proteção dos alunos, dos funcionários e do patrimônio público. A presente solicitação justifica-se pela necessidade de modernização dos recursos pedagógicos, de uma organização segura do material utilizados no cotidiano escolar e pela crescente demanda por segurança nas unidades escolares. É só, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, bom dia. Vou apresentar uma proposição nos seguintes termos. "O deputado estadual Zeca do PT, em conjunto com os demais parlamentares abaixo subscritos (são treze), por meio deste expediente, requer à Mesa Diretora desta Casa de Leis a criação da Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar, onde atuaremos de maneira unificada, tendo em vista interesses comuns, independentemente dos respectivos partidos políticos a que pertençam, sob a coordenação do autor do presente requerimento. Para a formalização da existência da referida frente parlamentar, requeremos à Mesa a devida aplicação dos trâmites do artigo 101, parágrafo único, do Regimento Interno desta Casa de Leis, devendo constar no seu ato de criação os seguintes termos: 'Artigo 1º - Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, a Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar. Parágrafo único - A existência formal da referida frente parlamentar coincidirá com o mandato da Mesa Diretora da Terceira e Quarta Sessões Legislativas da 12ª Legislatura. Artigo 2º - A Frente Parlamentar a que se refere o artigo 1º tem por finalidade discutir e propor as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar sul-mato-grossense, com o objetivo de incentivar e implantar melhorias efetivas para as condições de produção

e geração de renda deste importante segmento. Artigo 3º - Compõem a Frente Parlamentar em Defesa da Agricultura Familiar os parlamentares: Zeca do PT, (demais membros subscritos), sob a coordenação do primeiro. Artigo 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação." Esta é a formalização, senhor presidente, do pedido de criação da frente parlamentar da agricultura familiar, o qual submeto à apreciação da Mesa e do Plenário. Por fim, registro uma indicação a ser encaminhada ao governador Eduardo Riedel e à secretária de Estado de Cidadania, solicitando a destinação de um veículo que permita uma melhora efetiva nos atendimentos realizados pelo Centro de Referência e Atendimento à Mulher do município de Naviraí. A presente demanda nos foi enviada pelos vereadores Eli Construtor (PT) e Rosangela Farias (PP). É isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a ilustre deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas, público que nos assiste. Venho aqui fazer duas indicações. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia autônoma ao secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, senhor Jaime Elias Verruck, para que envidem esforços visando à realização de estudos de viabilidade técnica, orçamentária e operacional para a adoção de drones de pulverização de alta precisão no combate a incêndios florestais no estado, especialmente no Pantanal e em áreas de difícil acesso. Fazemos esse pedido ainda num momento tranquilo, já que estamos no período das chuvas, mas precisamos nos prevenir para que não sejamos surpreendidos no período das secas. A outra indicação que temos aqui diz respeito aos servidores administrativos da rede estadual de educação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador Eduardo Riedel, com cópias autônomas ao secretário de Estado de Administração, senhor Frederico Felini, e ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando que sejam envidados esforços no sentido de regulamentar o artigo 27-A, inciso II, alínea "c", inciso III, alínea "c" e inciso IV, alínea "c", todos da Lei Complementar nº 087, de 31 de janeiro de 2000, com o objetivo de estabelecer os critérios e os cursos reconhecidos para fins de progressão funcional por habilitação dos servidores da carreira de Apoio à Educação Básica, de modo a assegurar a efetiva valorização desses profissionais. Este tema está também na pauta de hoje para ser votado, enfim, é uma questão importante. Eu tenho ido às escolas, tenho conversado com servidores da educação; os servidores administrativos, apesar de reconhecerem um avanço na carreira, queixam-se que ainda não estão sendo aceitos todos os cursos de qualificação por eles apresentados. Vários deles, por exemplo, fizeram Pedagogia, fizeram alguma outra licenciatura, cursos relacionados à educação, outros com

doutorado, e no entanto ainda não têm esse reconhecimento na carreira. Então é importante que haja esse reconhecimento, porque o salário dos administrativos ainda é muito baixo, não é um salário que lhes dê aquele sentimento de segurança para permanecer na carreira, dentro da escola. Os servidores administrativos têm uma função importante, são eles que acolhem os alunos, que supervisionam o ambiente, estão sempre em contato direto com os estudantes, mesmo não estando em sala de aula. Enfim, eles são uma linha de apoio essencial na educação, e não é desejável que esses profissionais estejam só de passagem pela carreira, que exerçam um trabalho rotativo dentro da escola. Essas pessoas desenvolvem um trabalho fundamental, que garante inclusive a segurança de crianças e adolescentes, de modo que é preciso valorizar esses profissionais. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre vice-presidente, deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Senhor presidente em exercício deputado Paulo Corrêa, demais colegas, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, muito bom dia. Eu tenho uma indicação e uma moção de congratulação. A moção de congratulação é endereçada à Associação dos Avicultores de Mato Grosso do Sul (Avimasul), pela realização do 4ª Fórum Avimasul 2025, que ocorreu na Expoagro, evento que mostrou a força da avicultura do nosso estado, trazendo novas tecnologias, apresentando caminhos, mostrando enfim nosso gigante potencial de crescimento. Por isso congratulo-me com os organizadores, em nome da Franciele, presidente da Avimasul, por esse evento que mostra uma força, uma cooperação e uma união muito forte. Indicação. Indico à Mesa, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor deputado federal Beto Pereira, solicitando, em caráter de urgência, a construção de uma ponte de concreto sobre o córrego Cachoeira Branca, no KM 35 da MS-441, no município de Bandeirantes. Esse é um pedido dos produtores da região, que solicitam as emendas parlamentares e transferências especiais dos deputados federais, que são em número muito maior que as dos deputados estaduais, isto para que possam concretizar o sonho de ver essa nova ponte sobre o córrego Cachoeira Branca finalmente construída. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Apresento uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder aos senhores deputados federais e senadores representantes do nosso estado no Congresso Nacional, solicitando

que sejam direcionadas emendas do orçamento da União para atender às demandas da Secretaria de Saúde de Bonito.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a minha amiga deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha neste plenário. Trago aqui hoje, presidente, algumas indicações. A primeira deverá ser encaminhada ao senhor governador Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a destinação de recursos para a realização de obras de pavimentação asfáltica na rua Renê Miguel, antiga DA-1, no trecho, de aproximadamente 350 metros, entre os bairros Residencial Dioclécio Artuzi e Harrison de Figueiredo, na região sul de Dourados. Trata-se de um pleito antigo da comunidade local, composta por moradores de vários bairros e loteamentos que surgiram naquela região, como os mencionados Residencial Dioclécio Artuzi e Harrison de Figueiredo, que diariamente enfrentam dificuldades causadas pela falta de pavimentação asfáltica nessa que é a principal via de acesso aos bairros citados. Além de ser uma rota de intenso tráfego de veículos e pedestres, a rua Renê Miguel concentra diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, o que torna imperativa a pavimentação para garantir mais segurança e fluidez no trânsito. Trago outra indicação, endereçada ao Governo do Estado, mais precisamente à Secretaria de Infraestrutura e Logística, solicitando os serviços de manutenção para a malha asfáltica da MS-164, no trecho entre o entroncamento desta com a MS-270 e a entrada do distrito de Nova Itamarati, no município de Ponta Porã. Esse trecho encontra-se em estado precário, com muitos buracos, com uma deterioração significativa da malha asfáltica, lembrando que essa é uma via de grande importância para o deslocamento diário de moradores, para o transporte escolar e também para o escoamento da produção agrícola da região, já que o distrito de Nova Itamarati tem hoje uma grande concentração de agricultura familiar, entre outros investimentos. Diante disso, é essencial que o governo priorize a recuperação do trecho, garantindo assim melhores condições de trafegabilidade, segurança e qualidade de vida para a população daquela região. Por fim, trago outra indicação ao Governo do Estado, também à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, solicitando também a destinação de recursos para a implantação de acostamentos na MS-276, no trecho compreendido entre os municípios de Anaurilândia e Batayporã. Essa rodovia, de grande relevância para o escoamento da produção agropecuária e para o deslocamento de moradores da região, registra diariamente intenso tráfego de veículos leves e pesados. Com todo esse movimento, naturalmente que a ausência de acostamento em diversos trechos tem comprometido a segurança viária, diariamente expondo motoristas e pedestres a riscos consideráveis. A implantação do

acostamento vai contribuir para a fluidez do tráfego na rodovia, vai permitir paradas de emergência em segurança, será portanto uma medida eficaz na redução de acidentes, especialmente dos decorrentes de ultrapassagem, pane mecânica ou do tráfego de veículos agrícolas e de ciclistas. Essa é uma solicitação de moradores da região que frequentemente utilizam essa via de acesso, via muito perigosa, de tráfego intenso, que necessita portanto dessas adequações. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado Lidio Lopes... O deputado Paulo Duarte pediu para se inscrever; já está inscrito, deputado, Vossa Excelência fala depois do deputado Lidio Lopes... porque o deputado Lidio Lopes é presidente da Unale!

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriotas) — Muito bom dia, deputado Paulo Corrêa, presidente em exercício. Muito bom dia, nobres pares. Muito bom dia a todos que nos honram com sua presença neste Plenário e aos que nos assistem pela TV Assembleia. Indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Saúde, senhor Maurício Simões Corrêa, solicitando estudos para a ampliação do número de leitos hospitalares na região da Costa Leste (Vale da Celulose) do Estado de Mato Grosso do Sul, com ênfase nas especialidades de Pediatria, Neurologia e Cardiologia. A presente indicação tem como fundamento a legítima e pertinente solicitação do vereador Jucleber Bim, representante do município de Aparecida do Taboado, que expressa uma demanda regional urgente e de relevante interesse público. A região da Costa Leste (Vale da Celulose), composta por municípios como Aparecida do Taboado, Paranaíba, Inocência, Cassilândia, Selvíria, entre outros, vem enfrentando um aumento significativo na demanda por atendimentos médicos especializados. No entanto, a atual estrutura hospitalar da região mostra-se insuficiente para atender a casos de média e alta complexidade, o que compromete o acesso a serviços essenciais de saúde e sobrecarrega a rede estadual. Indicação. Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, ao prefeito e à secretária de Educação de Aparecida do Taboado, respectivamente senhor José Natan de Paula Dias e senhora Ana Rita Paião Oliveira, solicitando a formalização de Termo de Cooperação Técnica entre o Estado e o Município, com vistas à ampliação do número de salas de aula e de polos educacionais destinados ao Ensino Fundamental no município. A presente indicação, de autoria do vereador Jucleber Bim, tem como fundamento a legítima e urgente demanda da comunidade de Aparecida do Taboado, que vem enfrentando sérias dificuldades relacionadas à limitação da infraestrutura física das escolas públicas municipais, especialmente no que se refere à oferta de vagas no Ensino Fundamental. Tal

realidade é o reflexo direto do crescimento demográfico, da expansão territorial do município e do consequente aumento da demanda por serviços públicos essenciais, com destaque para a educação básica, direito constitucionalmente assegurado a todas as crianças e a todos os adolescentes. Era o que tínhamos, muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o ilustre deputado corumbaense Paulo Duarte, pantaneiro mesmo!

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, deputado Paulo Corrêa, presidindo momentaneamente a sessão. Bom dia, deputadas, deputados e aos presentes a esta sessão. Senhor presidente, vou apresentar um requerimento; depois explico. Requeiro à Mesa, na forma do inciso XX do artigo 173 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja expedido ofício deste Poder à Aena do Brasil, empresa aeroportuária que administra o aeroporto de Corumbá (administra também os de Campo Grande e Ponta Porã), representada por seu gerente de Administração (no caso, de Corumbá), senhor Gessé de Almeida, solicitando o envio a esta Casa de Leis de informações detalhadas sobre a falta de comunicação nos contatos que são disponibilizados 24 horas para UTI's Aéreas, sejam através de ligação, E-mail ou WhatsApp, especificando: a) Por qual motivo não está havendo resposta nos contatos disponibilizados 24 horas para UTI's Aéreas? b) Os funcionários responsáveis por responder aos pedidos para UTI's Aéreas são orientados a responder em qual prazo? e c) Quantos funcionários são disponibilizados no plantão do período noturno para atender às chamadas de emergência? Senhor presidente, como comentei com o Coronel David, esse é um caso até de polícia. O que que está acontecendo? Com essa privatização de aeroportos, deputado Pedro Kemp, hoje a tal da Aena é a maior empresa aeroportuária do mundo, sendo também a que detém o maior número de passageiros no Brasil. Vejamos quatro casos, Coronel David, ocorridos agora em abril, quatro casos de chamadas para a UTI aérea, em Corumbá. Pois bem, há uma determinação de que nesses casos de mobilização de UTI aérea, a empresa tem que ligar os refletores para que o aeroporto de Corumbá (que tem condições para tanto) funcione à noite. E simplesmente não estão dando bola, não respondem. Esta semana mesmo tivemos o caso de um infartado que não pôde ser transportado por UTI aérea, serviço previsto em contrato com a prefeitura, porque eles simplesmente não respondem! O que me parece é que está ocorrendo aqui um apagão das agências reguladoras: não funciona ANTT, Anatel, Anac, agências que deveriam fiscalizar... Ou seja, fazem a concessão e depois os caras fazem o que bem entendem. É uma empresa espanhola que detém hoje, repito, a maior fatia desse mercado no mundo! E é também hoje a empresa por cujos aeroportos (a ela concessionados) passa o maior número de passageiros no Brasil. Digo de novo: estamos vivendo um apagão no país — mas falemos do nosso estado, que é o que interessa — das agências reguladoras. Quem fiscaliza telecomunicações, energia elétrica,

aeroporto, rodovia? Ninguém!... Não sei se o deputado Zé Teixeira, do alto de sua experiência, concorda; o que estou dizendo aqui, deputado, é que essa Aena, empresa espanhola que detém a concessão para operar os aeroportos de Campo Grande, Corumbá e Ponta Porã, não está respeitando as normas, e numa questão de vida ou morte! Eles não atendem na parte da noite! Quer dizer, a UTI aérea precisa buscar um paciente em estado grave e eles não atendem! não acendem os refletores... e são eles que mandam hoje nesses aeroportos. Então, senhores, o que está acontecendo hoje são essas concessões sendo feitas de forma indiscriminada e sem nenhuma fiscalização das agências reguladoras. Os caras pintam e bordam, e não obedecem ao contrato de concessão. Então estamos encaminhando essa solicitação para a Aena; vamos encaminhar o caso também para o Ministério Público Federal e para essa Anac, que não serve pra nada! Vou mandar só por mandar, não serve pra nada; é como diziam lá em Corumbá na minha infância, é que nem mandar lembrança para quem não se conhece: não resolve nada... Mas vou mandar para a Anac também, e por isso me referi ao coronel, porque isso é caso de polícia. Então, coronel, queremos efetivamente que essa situação mude, estamos encaminhando esse requerimento de informações para que a Aena, essa gigante espanhola no mundo, responda por que está deixando as pessoas correndo o risco de morrer, por que não está cumprindo sua obrigação. Era isso, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Muito bem, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o ilustre deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Presidente, acompanhei atentamente as palavras do deputado Paulo Duarte, e por entender que é um assunto extremamente importante, eu consultaria Vossa Excelência para ver se há possibilidade de esse documento sair em nome das Casa, com o apoio de todos os deputados. É um assunto, de fato, extremamente importante.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com certeza. O meu despacho é favorável, aqui no exercício da presidência, mas sem embargo de comunicar o presidente Gerson Claro, quando ele reassumir, de que o requerimento será feito pela Casa... Se todo mundo estiver de acordo, fica aprovado... Encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 1716/2025, 01715/2025); um projeto de resolução (Prot. nº 01695/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: um projeto de resolução (Prot. nº 1719/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: uma moção de pesar (Prot. nº

01707/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: cinco indicações (Prot. nºs 1700/2025, 1705/2025, 1703/2025, 1702/2025, 01701/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1699/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: duas indicações (Prot. nºs 01711/2025, 01710/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 1709/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 01714/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01696/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma indicação (Prot. nº 1706/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: um requerimento (Prot. nº 01708/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: duas indicações (Prot. nºs 1692/2025, 01691/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 01697/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 1694/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 01704/2025); um requerimento (Prot. nº 01698/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Zeca do PT, ex-governador. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Deputada Mara Caseiro. Transferida. Deputado Lidio Lopes. Transferida. Deputada Gleice Jane. Transferida. Deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de trinta minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu acho importante registrar na sessão de hoje a votação simbólica que aconteceu ontem nas Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura do Senado. Ambas as comissões aprovaram o projeto de lei que cria o novo marco para o licenciamento ambiental no Brasil. Esse projeto, que trata da flexibilização de regras para empreendimentos com impactos sobre o meio ambiente, deve ser votado hoje no plenário do Senado, depois volta à Câmara, porque recebeu muitas emendas. Esse projeto é considerado um grande retrocesso por organizações ambientalistas e pelo próprio Ministério do Meio Ambiente, principalmente porque prevê — vejam só o absurdo! — o autolicensing por parte de empresas de pequeno e médio porte, além da isenção de licença ambiental para determinadas atividades agropecuárias. Vejam bem, é praticamente o fim das licenças ambientais para empreendimentos de pequeno e médio porte. Quem vai definir o que são "empreendimentos de pequeno e médio porte" serão os Estados e os Municípios... Uma empresa grande quer se instalar num município pequeno? Vai lá o grande empresário, faz um *lobby* na cabeça do prefeito, o prefeito considera que é um empreendimento de médio porte e que não precisa de licença ambiental! Aí a empresa vai e se instala no município; e se causa um impacto ambiental, se prejudica o meio ambiente, isso daqui por diante não interessa mais. Ou seja, se aprovado o projeto, não haverá mais a exigência de licenciamento ambiental prévio para a instalação daquele empreendimento. Vejam as senhoras e os senhores que a barragem de Brumadinho (que se rompeu tirando a vida de centenas de pessoas, todos acompanhamos aquela

tragédia) era considerado, embora com risco para toda uma comunidade vivendo ao redor, um empreendimento de médio porte. Se esse projeto for aprovado, como parece ser a tendência, a julgar pelo que foi discutido ontem nas comissões do Senado, não será mais necessária uma licença ambiental para uma empresa dessas se instalar num município. Estamos diante de um grande retrocesso na área da legislação ambiental... Outro ponto polêmico é a transferência para Estados e Municípios do poder de definir o porte e o impacto ambiental das obras e dos empreendimentos. Imaginem só a pressão de determinadas empresas sobre uma pequena prefeitura para se instalar naquele município! E imaginem como que isso muitas vezes pode prejudicar o meio ambiente se não houver uma fiscalização maior. Pelo projeto, não será mais preciso ouvir a opinião de órgãos técnicos no processo de licenciamento ambiental, como a Funai, como o Ibama, não será mais preciso consultar as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, etc.), não será preciso mais nada disso: o que vai prevalecer é o interesse econômico, pura e simplesmente. E estou falando de uma lei que vai flexibilizar o licenciamento ambiental no Brasil no ano da COP 30, ano em que o Brasil vai receber essa importante conferência sobre o clima, que vai acontecer no segundo semestre deste ano; num momento em que estamos debatendo a crise climática, os extremos do clima, os impactos disso na vida das comunidades, das cidades. De forma que aqui no Brasil, ao invés de nos preocuparmos com a defesa do meio ambiente, com a preservação, em vez de lutarmos contra a depredação, contra o desmatamento, queimadas, nós estamos flexibilizando licença ambiental!

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vou permitir... Infelizmente, deputado Zé, no Brasil ainda prevalece nalguns setores aquela ideia de defender o meio ambiente prejudica a agricultura, é ir contra o desenvolvimento econômico: no Brasil ainda há essa discussão. Parece que o ambientalista é inimigo de quem quer produzir... Não é assim! Não pode ser assim. Na verdade, todo empreendimento precisa ser precedido de um estudo de impacto ambiental e social, para que ele de fato gere o desenvolvimento econômico, financeiro, gere riqueza, distribuição dessa riqueza, melhoria da qualidade de vida do povo; mas sem destruir a natureza, porque os recursos naturais não são inesgotáveis. Chega uma hora que não dá mais, o planeta já está inclusive dando sinais de que não aguenta mais tanta depredação. Então eu considero — faço esse registro aqui, assisti ontem pelos órgãos de imprensa, pela internet, à aprovação desse PL no Senado (deve voltar à Câmara) —, considero que se for aprovada, essa lei vai representar o maior retrocesso em termos de legislação ambiental dos últimos quarenta anos, desde que a Constituição foi aprovada em 1988... Pois não, deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Deputado Pedro Kemp, com todo respeito que tenho por Vossa Excelência, eu entendo totalmente o contrário. Não existe forma de fazer um projeto, de qualquer impacto, sem o aval, sem a assinatura de um profissional da área técnica que por ele responda. É assim para construir qualquer coisa; para levantar um prédio precisa, primeiro, o arquiteto que vai concebê-lo, depois o engenheiro, que vai se responsabilizar pela construção. O que não pode, na minha visão, que Vossa Excelência coloca, é o seguinte. Vamos lá... O setor produtivo tem as quatro estações do ano; o Código Florestal mais perverso do mundo é o brasileiro, porque você compra cem [hectares] e usa vinte, você compra cem, e usa cinquenta: você compra cem, paga, ninguém lhe reembolsa nada, e só pode utilizar oitenta. Então você já é obrigado — por lei! — a preservar. Vossa Excelência fala da produção rural, pois lhe digo que esse é o único setor do mundo que preserva! Quem não preserva é Campo Grande. Vá no Prosa [Parque Estadual do Prosa], vá no Anhanduí [Parque Ecológico Anhanduí]; não faz muito tempo, deputado, isso era esgotamento sanitário a céu aberto, não tinha tratamento. Do campo vem o alimento, e a cidade devolve ao meio ambiente o dejetos. A cidade, sim, polui; não existe cidade mais poluída no mundo que São Paulo... Mas dê uma circulada no entorno de São Paulo para ver se os produtores rurais, os italianos, os japoneses que plantam hortaliças, vá ver se eles poluem. Eles não poluem... Eu não consigo entender como que a licença de um posto de gasolina, cujo impacto é lá no município, tem que ser emitida pelo Estado. Não consigo entender um país dessas dimensões sem ferrovia; o sonho da Ferronorte está até hoje sem se realizar por quê? Porque passa numa reserva indígena. Mas daí eu pergunto a Vossa Excelência: quem que é dono da terra indígena? Eu mesmo respondo: a União. Quem que teria que dar a licença ambiental? Não é a Funai, que não é dona. Temos aí a questão da MS-289 entre Juti e Amambai... Eu peço a Vossa Excelência que vá lá e pergunte aos índios da Te'yíkuê se eles não querem a rodovia que vai de Caarapó a Laguna Carapã! Pois então que prevaleça o sentimento dos índios, não da Funai! Porque os índios querem a rodovia, mas a Funai não dá a licença, e sem ela o governo não pode lançar a obra que está aí há cinco, seis anos prometendo. Então eu entendo que esse projeto de lei vem para desburocratizar o desenvolvimento do país. Vossa Excelência fala nos ambientalistas — e eu respeito a opinião de Vossa Excelência —, mas quem está querendo travar isso aí são as ONGs empenhadas em defender interesses internacionais e travar o setor produtivo do nosso país, um dos maiores produtores de grãos no mundo — não fosse isso, não teríamos nem como pagar salário, nem em Município, nem em Estado, e muito menos na União. Obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputado Zé Teixeira. Acho engraçado o deputado Zé Teixeira começar o seu aparte dizendo "respeito muito o senhor, deputado Pedro Kemp, e tal, mas não concordo com nada que o senhor fala". Mas é isso mesmo, no Parlamento a gente tem diferenças de ideias, de ideologia; eu também respeito

muito o deputado Zé Teixeira e não concordo com quase nada do que ele fala (concordo com alguma coisa...). Inclusive, deputado Zé Teixeira, eu quero que o senhor me ajude a cobrar do governador Eduardo Riedel o asfalto que passa ao lado da reserva indígena Te'yíkue, o asfalto de Caarapó até Laguna Carapã. Porque o governador Riedel durante a campanha foi lá na comunidade indígena e prometeu o asfalto, e ano que vem já é o último ano de governo e não há nenhuma máquina lá ainda limpando o terreno para começarem as obras. Então vamos ter de cobrar do governador, vamos ter que trazer os índios aqui na Governadoria, quem sabe fazer uma dança da chuva lá na campanha, uma dança do cumprimento de promessa, e ver se o governador vai cumprir com a promessa que fez lá na aldeia Te'yíkue, em Caarapó. Toda vez que eu vou lá o pessoal lembra! Fui lá agora na semana dos povos indígenas, e novamente os indígenas cobraram: "Deputado, fala com o governador, que ele veio aqui e prometeu o asfalto, mas até agora nada!"

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Concede um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Concedo, deputado Pedrossian, com muito prazer.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Em se tratando de cobrança de promessa, aproveitando que Vossa Excelência está cobrando o governador Eduardo Riedel, talvez fosse o caso de cobrarmos o presidente Lula com relação à oferta de água nas aldeias. Porque na semana passada, tive a oportunidade de visitar Japorã e passei na aldeia Porto Lindo; fiquei muito impressionado, na verdade mal impressionado, pelo fato de a reclamação ser a ausência de poços artesianos, de poços semiartesianos, a ausência absoluta do abastecimento de água. E eu pergunto a Vossa Excelência, por que estão silentes vocês do Partido dos Trabalhadores quanto a isso? Porque é uma coisa muito simples, muito fácil perfurar um poço; falta de recursos certamente não é. Então qual o porquê dessa calamitosa situação, que deixa os índios dependentes do apoio de caminhão-pipa da prefeitura... É lamentável que em pleno século XXI estejamos politizando a oferta de água dentro de uma aldeia indígena. Então acho que precisamos ser justos nas cobranças, porque o governador Eduardo Riedel tem, sim, compromisso com as comunidades indígenas e tem dado todas as demonstrações de que apoia o fortalecimento sobretudo da cidadania desses povos. Agora, a Funai, o Ministério dos Povos Indígenas, com representantes aqui de Mato Grosso do Sul, depois de dois anos e meio de gestão do atual governo federal, ainda não deu conta de furar poços artesianos? Sinceramente eu me indigno com isso, e acho que temos de fazer a devida cobrança — com todo o respeito.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência me permite um aparte?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Deputado Zeca, antes eu vou responder ao nobre deputado Pedrossian. Pedrossian, com todo o respeito, nós estamos agora no

governo do presidente Lula, mas essas comunidades indígenas existem desde a colonização deste Brasil pelos portugueses, e desde então passaram-se vários governos — o governo Bolsonaro furou algum poço em aldeia?! Não, não furou nada. O governo Fernando Henrique Cardoso, oito anos, furou algum poço em aldeia? O governo Temer — Fora Temer! — furou algum poço? Não. Então agora o governo do presidente Lula é cobrado por não haver água nas aldeias... E os governos anteriores?! que que eles fizeram? Também não furaram poço. Agora, nós temos um projeto que está começando a ser implementado, e os poços artesianos já estão sendo perfurados.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — A deputada Gleice com certeza vai falar, o deputado Zeca vai falar... Como ia dizendo, já em algumas comunidades indígenas começaram os trabalhos de perfuração dos poços, e com um investimento da Itaipu de mais de dez milhões de reais, em todas essas aldeias do Cone Sul do estado, inclusive em Dourados, na sua cidade, deputado Zé Teixeira. O senhor é deputado há muitos anos, quantas vezes o senhor cobrou os governos passados sobre essa necessidade de levar água às comunidades indígenas? Então o nosso governo está trabalhando, deputado Pedrossian, até vou convidar Vossa Excelência ano que vem para a inauguração desses poços que estão sendo perfurados (perfurados já, neste momento). Agora, cobrar do governo Lula... E os governos anteriores? fizeram o quê? Deixaram os indígenas passando fome! na miséria absoluta. Então, o nosso governo tem compromisso, sim!, tem projeto, sim, e vai perfurar poço e vai distribuir água nas comunidades indígenas... Concedo o aparte ao deputado Zeca, depois à deputada Gleice.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu lhe agradeço, deputado Pedro Kemp. Só queria dizer, rapidamente, que cada vez mais me impressiona a capacidade que a direita, nesta Casa, tem de distorcer os fatos, de inventar mentiras para tentar resguardar a incapacidade do chefe político deles, que logo, logo, vai estar preso, preso por corrupção provada; impressiona-me a capacidade de inventar as coisas para tirar o corpo fora — primeiro isso. Em segundo lugar, se o líder ou vice-líder do governo nesta Casa não sabem, o presidente Lula autorizou, porque é ele quem autoriza, um convênio com nosso estado, articulado pelo deputado Vander, de R\$ 25 milhões da Itaipu; o governador Riedel se comprometeu a botar uma contrapartida praticamente equivalente. Eu sei que — fique sabendo a bancada do governo aqui — foi assinado um convênio com toda a pompa e circunstância aqui em Campo Grande e lá em Ponta Porã (nós estávamos juntos), garantindo R\$ 50 milhões para fazer os poços artesianos necessários para a população guarani-kaiová: todo o sul do estado será beneficiado com esse projeto. Portanto, estou muito tranquilo para dizer que nós estamos fazendo, o Brasil está mudando, queira ou não

a extrema direita, queiram ou não as *fake news*, queiram ou não as mentiras propagadas pelo pessoal da direita nesta Casa.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Depois de muitos anos, deputados Zeca, de descaso dos governos da direita com as comunidades indígenas, agora o governo do presidente Lula vai levar água para todas essas aldeias que estão sem água aí. Já começou esse trabalho, como disse muito bem o deputado Zeca, e devagar vamos inaugurando esses poços artesianos e levando água para as comunidades indígenas, que sofreram durante séculos sem água... Deputada Gleice.

DEPUTADO GLEICE JANE (PT) — Deputado Pedro Kemp, primeiro quero parabenizar o deputado Pedro Pedrossian por ter finalmente colocado os pés numa aldeia indígena e observado algo para o que viemos alertando há anos. Finalmente um deputado da direita teve a coragem de colocar os pés numa aldeia indígena e enxergar os problemas de uma das populações que mais lutam neste estado, que mais precisam de atenção neste estado. Então parabéns ao colega, espero que continue fazendo esse trabalho, inclusive para levar para os governos da direita a pauta, porque, de fato, quem enxerga a população indígena, quem tem um histórico de políticas implementadas em prol da população indígena, é o governo do PT: isso não dá para questionar. É desafio também a direita a dizer o que foi que ela fez para a população indígena durante todo o período em que esteve no poder, e comparar isso com o que fez o governo do PT. Acho que essa comparação é importante, e desafio o deputado Pedrossian a comparar também o quanto que o Governo do Estado fez com o que já fez o Governo Federal, com o que já fez o governo Zeca na questão — isto para que a direita comece finalmente a assumir posturas mais condizentes com a necessidade do povo do Estado de Mato Grosso do Sul... No tocante à água, eu quero dizer que são mais de dez aldeias que serão beneficiadas imediatamente com recursos da Itaipu; e que é, sim, uma articulação do Governo Federal, isso em Dourados (toda hora cobramos aqui uma resposta para esse caso). É bom lembrar, ademais, que o Governo Federal queria investir aqui recursos do PAC, mas não veio recurso do PAC, não veio porque o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, governo do Riedel, fez um documento equivocado, porque não foi capaz de compreender que aldeia não é área rural, por desconhecer esses conceitos básicos, por negar a existência de uma aldeia, por negar a existência de uma articulação necessária para garantir o recurso do PAC aqui. Por isso não tivemos recursos do PAC em Dourados, por erro do Riedel, do governo do Riedel. Em segundo lugar, quero dizer que, diante dessa situação, a população se manifestou... e aí foi lá a polícia do governo Riedel responder com bombas — isto não vamos esquecer jamais, vamos lembrar disso a todo momento, que a política da direita para a população que clamava por água foi com bombas e armas, foi assim que eles trataram uma população que naquele momento precisava do básico, que era a água. E quem deu uma resposta para

isso, quem está trazendo a resposta para isso, mais uma vez é o Governo Federal, porque o governo do Riedel só apresentou dois poços em Dourados; agora são mais quatro poços do Governo Federal, e mais três milhões para garantir que a água chegue às casas. É suficiente? Não, deputado, mas são mais vinte poços nas retomadas que estão sendo perfurados agora. Isso tudo acontece agora, deputado, porque a Sesai [Secretaria de Saúde Indígena], o Dsei [Distrito Sanitário Especial Indígena], porque toda a política de atendimento aos povos indígenas foi sucateada; a Funai hoje não tem mais servidores em quantidade suficiente. E sabe o que acontece aqui, deputado Pedro Kemp? Os servidores pedem transferência para outros estados, porque são ameaçados, têm medo de trabalhar na Funai aqui no Mato Grosso do Sul; estão indo embora pela falta de segurança, pela quantidade de conflitos no estado: o medo de defender os povos indígenas ainda é muito grande. Eu recebi servidor da Funai em meu gabinete, eles vestem a camiseta da Funai para participar de uma reunião, mas a tiram para andar na rua, porque têm medo, porque há uma onda muito grande de violência contra os povos indígenas, e também contra a população que defende os povos indígenas, é isso que acontece em Mato Grosso do Sul... Agora, o governo do PT, o governo Lula, tem atendido com atenção, dentro das suas condições, às necessidades da população indígena; e, sim, tem política para levar água a toda a população indígena, tem política para fazer o que o governo anterior não fez, para fazer o que governos anteriores não tiveram a coragem de fazer. Deputado, eu o parabeneizei por finalmente o senhor ter tido a coragem de pisar numa aldeia, de defender os povos indígenas, coisa que continuarei a fazer. Espero que o senhor continue assim, porque a população indígena realmente precisa de um olhar mais atento da nossa política; quem sabe assim o senhor vá amolecendo o coração, e quem sabe venha até a defender as demarcações de terras indígenas que urgentemente precisam ser feitas por aqui, porque o que acontece no estado não é humano, e precisamos humanizar a política nessa pauta.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu acho que a senhora não tem condição alguma de dar lição para nenhum deputado nesta Casa sobre política de cidadania, de atendimento aos povos indígenas, sobretudo depois de haver mencionado em seu aparte o investimento de três milhões de reais da Itaipu para perfurar poços, num problema grave como esse que é o atendimento a um direito social básico, que é o fornecimento de água para todas as aldeias. E notem o seguinte, quem está trazendo esses recursos é a Itaipu Binacional! Anotem isto que eu vou profetizar: esse negócio da Itaipu ainda vai dar muito problema, porque está ocorrendo um grande desvio de finalidade dos recursos dessa usina, porquanto em sua tarifa já foi amortizado o investimento feito, isto já deveria ter caído para o consumidor, entretanto, o governo do PT está mantendo artificialmente essa tarifa elevada para que a Itaipu tenha caixa e assim possa fazer uma série de investimentos, investimentos que não integram o rol de seus objetivos no país. É uma vergonha que não haja recursos do Orçamento-Geral da União (OGU) para uma

política deliberada, estruturada, organizada pela Funai, pelo Ministério dos Povos Indígenas, é lamentável que se faça um puxadinho, que é pegar o recurso da Itaipu e não ter vergonha de dizer que com isso estão atendendo as aldeias indígenas... com dois milhões de reais para perfuração de poços. Então, sinceramente, é uma vergonha a resposta do Governo Federal, de quem é a responsabilidade de cuidar dessas aldeias, é um vergonha um investimento pífio desses, feito de maneira absolutamente equivocada. Isto necessita ser enfrentado com política pública, que está totalmente errada a forma como isso está sendo feito.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — O senhor vai ver o "investimento pífio" daqui a algum tempo, o senhor vai ver o resultado das obras. E não há irregularidade no fato de a Itaipu fazer esses investimentos: a Itaipu está fazendo investimento em toda a região por ela impactada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Inclusive da Rota Bioceânica.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Exatamente. Inclusive, deputado, eu quero dizer a Vossa Excelência que no início deste ano eu passei cinco dias em Assunção, no Paraguai, e cansei de ver, lá na cidade de Assunção...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Permite um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Daqui a pouco, deputado... Cansei de ver lá em Assunção viaturas da polícia com o emblema da Itaipu (Itaipu que cedeu viaturas à polícia, isto lá em Assunção no Paraguai!)... Aliás, vários outros empreendimentos na cidade tinham a logomarca da Itaipu. Quer dizer, a Itaipu está fazendo investimentos também do lado do Paraguai. E aqui no Brasil, nesses municípios impactados por ela, a usina está fazendo, sim, investimentos e não há irregularidade nenhuma nisso. E, de mais a mais, é um investimento de grande alcance social no que diz respeito aos atendimentos das comunidades indígenas, com a perfuração desses poços. Agora, a Funai, deputado Pedrossian, como disse Vossa Excelência, foi totalmente sucateada no governo Bolsonaro, que na época a transferiu para o Ministério da Agricultura (Funai para o ministério da Agricultura!), que era comandado por fazendeiros, por latifundiários. Veja o contrassenso. Não tem mais funcionário, como disse aqui a deputada Gleice, não tem orçamento, a Funai perdeu capacidade de intervir, de atuar nas comunidades indígenas, pois está totalmente sucateada, como outros órgãos também da União foram sucateados no governo Bolsonaro. Então eu acho muito engraçado vocês falarem isso; e o Governo Federal está fazendo esses investimentos, sim, aliás já está levando água, sim... Acabou meu tempo, deputado.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Poxa! que pena, cara.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Na próxima sessão eu ouço Vossa Excelência.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Um minutinho, presidente, só para eu fazer uma pergunta; porque na verdade, presidente, fiquei bastante em dúvida...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Presidente, eu quero um minuto também!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Se o senhor for falar, eu vou continuar na tribuna.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu também quero.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Se o senhor vai dar um minuto pra lá, dê um minuto pra cá.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Ué, vocês falaram um tempão aí!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu também quero, porque me senti citada.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A verdade dói, né?

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Vou combater *fake news*.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — A verdade dói, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O debate é produtivo mas...

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Vocês não são democráticos.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Temos dez minutos ainda, presidente, eu acho que podemos.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Não. O debate é uma coisa muito produtiva para que as políticas públicas aconteçam, é do debate que nascem às vezes as boas ações, mas o deputado Pedro Kemp ocupou a tribuna, houve os apartes, foi até simpático (ouviu manifestações fora do aparte); então vamos respeitar o Regimento. Na próxima o deputado David fala, o outro fala... tá bom, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Vamos respeitar o Regimento, deputado Coronel David?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — E aí dá tempo de rever posições, de ver como estão os investimentos... Ainda temos dez minutos. Registro a presença da Nancy Gomes, presidente da Associação dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul; do César Cortez, assessor parlamentar do Senado; da Criciliane Oliveira

Souza, coordenadora do Núcleo de Defesa dos Direitos das Mulheres; da Jacira, vereadora do município de Vicentina; do Claudinei Ribeiro, presidente da Câmara de Vicentina; e do Júnior Batista Moura, vereador também lá em Vicentina — obrigado pela presença. Temos ainda dez minutos... o deputado Renato Câmara vai falar?...

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Lidio Lopes, depois, com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Senhor presidente, só para rapidamente transmitir aos senhores uma notificação da Unale, sobre a criação da Frente Interestadual de Mobilização Nacional Pró-Criança e Adolescente (Fecriança) e a indicação dos seus coordenadores estaduais para a gestão 2025. "A União Nacional de Legisladores e Legislativos Estaduais (Unale) informa que foi instalada no último dia 12 a Frente Interestadual de Mobilização Nacional Pró-Criança e Adolescente (Fecriança), destinada a promover a discussão e o aprimoramento de medidas que fortaleçam o interesse de crianças e adolescentes, conforme consta na Portaria nº 03/2025, de 8 de maio de 2025 (cópia anexa). Como a frente será composta de dois membros, como coordenadores estaduais, por estado, conforme ordem de recebimento, data e hora das solicitações formalizadas, solicitamos que nos seja informado se Vossa Excelência tem interesse em participar conosco da Fecriança. A manifestação deverá ser formalizada e endereçada via E-mail à presidência, com cópia para a coordenação da comissão de frentes parlamentares, até 22 de maio, a contar desta data. Contamos com o seu apoio para que possamos trabalhar juntos em prol de tão relevante bandeira para a sociedade." Pela portaria 03, que a constitui, a nova frente tem uma diretoria: como presidente, a deputada Tia Ju, do Rio de Janeiro; como vice-presidente, o deputado Lidio Lopes, de Mato Grosso do Sul; e como secretária-geral, a deputada Ana Cunha, do Pará. Portanto, senhor presidente: dois parlamentares por estado para compor toda essa frente nacional; vamos fazer uma grande mobilização nacional e encontros regionais. Era o que tínhamos. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, um cumprimento especial aqui aos defensores públicos do Estado de Mato Grosso do Sul, na pessoa do defensor público-geral, doutor Pedro Paulo Gasparini, e da doutora Nancy, presidente da Associação dos Defensores Públicos de Mato Grosso do Sul. Lembrando, senhor presidente, que através da Lei nº 6.234, de minha autoria, nós homenageamos esses profissionais com a criação do Dia do Defensor Público

(19 de maio). Estamos na semana dos defensores públicos: está portanto de parabéns toda a Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul. E aproveito para convidar os colegas para, ao final da sessão, entregarmos a Comenda do Mérito Legislativo ao defensor público-geral, doutor Pedro Paulo Gasparim... Senhor presidente, o que me traz à tribuna, de forma muito sucinta, porque o tempo é curto, é o fato de que, segundo todas as informações, oficiais e extraoficiais, apenas uma empresa se habilitou para participar do leilão de repactuação da concessão da BR-163. Que na verdade nem é leilão, já que só apareceu um interessado... A proposta de repactuação é do interessado que já está à frente da concessão, donde se segue que a atual concessionária forçosamente vencerá o leilão (que mudou de nome, agora é Motiva). A mesma empresa, portanto, é que vai tocar o novo contrato de repactuação. Por esse novo contrato (o leilão é amanhã na B3, em São Paulo), essa empresa — que não cumpriu os 806 quilômetros pactuados em março de 2014, que após onze anos executou tão somente 150: 18%, portanto, daquilo que era a sua obrigação — terá a possibilidade, agora nessa repactuação, de executar tão somente 203 quilômetros, deputado Pedro Kemp, sendo 147 de terceira via, ou seja, menos da metade daquilo que já deveria ter feito até 2019. Em qualquer país mais ou menos sério, essa empresa não teria a mínima possibilidade de participar de um leilão dessa natureza. Fico triste, sim, porque, nas oito audiências públicas que fizemos nos municípios cortados pela BR-163, nós sentimos a indignação, a revolta da população, principalmente daqueles que perderam um ente querido (um filho, um pai, uma mãe) vitimado por essa rodovia... E aqui nós temos que dizer: se a rodovia estivesse pronta, se a concessionária houvesse cumprido com seu compromisso, os acidentes por colisão, que são a grande maioria, não teriam acontecido. Foram milhares de vidas ceifadas, milhares de pessoas ficaram com sequelas, este foi o preço que a sociedade sul-mato-grossense pagou pela inexecução por parte da concessionária. Portanto, nosso trabalho nós o fizemos, o relatório nós o fizemos, a denúncia ao Ministério Público Federal nós a fizemos e ela já foi transformada num inquérito para apurar os fatos que nós narramos e apresentamos à sociedade — todos eles embasados em dados oficiais, do site da ANTT. Coligimos dados desde 2014, nos demonstrativos financeiros que a própria ANTT apresenta, e os levamos ao conhecimento de toda a sociedade. Por isso ficamos indignados, não há outra palavra para manifestar o sentimento que nos assalta diante desse leilão que vai acontecer amanhã. Solicitamos, sim, requeremos, sim, primeiro item, a suspensão do leilão, para que pudéssemos minimamente fazer com que essa empresa esclarecesse as coisas — empresa que não participou de nenhuma das audiências públicas, mesmo sendo convidada, mesmo se lhe oferecendo o direito ao contraditório, para que viesse aqui ao menos dizer que os números apresentados eram mentirosos... Enfim, nós pedimos a suspensão; não somos contra a concessão da rodovia, não somos contra a cobrança de pedágio; agora, o que não dá é você pagar por uma coisa e receber outra, você pagar por um sonho e ter um pesadelo, que é nisso que se

transformou essa rodovia, que já ceifou a vida de muito sul-mato-grossense. Está, portanto, manifestada a minha indignação, amanhã acontece o leilão, naturalmente que já sabemos qual vai ser o resultado, mas a luta continua, deputada Mara. Esperamos que seja requerida pelo Ministério Público e deferida pela Justiça ao menos uma perícia técnica contábil para aferir o que foi levantado, o que ela pegou de recursos em bancos oficiais, o que arrecadou de pedágio, quanto investiu na rodovia; e, apurando-se uma diferença, que ela seja compelida a efetivar as obras com os recursos que arrecadou e não investiu, porque a finalidade era essa. Portanto, peço a esta Casa que fiquemos ainda mais atentos agora na repactuação, vamos solicitar à empresa toda semana, todo mês, que nos mande os relatórios do que está sendo feito, dizendo onde está gastando o que está arrecadando do pedágio, que vem do bolso do cidadão sul-mato-grossense. Agora é torcer e acompanhar como as coisas vão ficar, e, novamente, reiterar o pedido ao Ministério Público Federal para que sejam tomadas providências no sentido de se garantir um mínimo de proporcionalidade entre o que fora pactuado e a presente repactuação. Encerro aqui, dentro do tempo regimental, e agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está encerrado o Grande Expediente. O deputado Junior representa a Assembleia Legislativa amanhã, em São Paulo, vai junto com governador, mantendo firme a nossa posição: é bem-vinda a concessão, mas esperamos que as obras se acelerem imediatamente. Se duzentos quilômetros a mais forem duplicados agora, com mais cem de terceira pista, nós já caímos para a metade dos seiscientos que ainda restam, o que já diminuiria o número de acidentes. Agora, o que não dá é para ficar a coisa na mesma toada e daqui a dez, onze anos, nós estamos brigando de novo. Vamos nos manter vigilantes nisso, né, deputada Mara?... Passemos à **ORDEM DO DIA**. Solicito ao segundo-secretário que proceda à verificação de quórum.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três deputados presentes: há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, pedi pela ordem, contando com a sua costumeira generosidade, para fazer um registro muito importante. Aproveitando que o deputado Mochi fez referência à presença aqui dos defensores, gostaria de registrar a presença aqui da doutora nancy, a quem agradeço pela presença. A doutora Nancy, como procuradora do Ministério Público teve, durante os oito anos do meu governo, um papel extraordinário, na articulação, no conselho de gestão das políticas sociais, que permitiu a 70 mil famílias das mais pobres o direito à cidadania e à dignidade. Além disso, doutora Nancy foi a principal articuladora, junto a toda a equipe do meu governo, para que

transformássemos a realidade da Defensoria Pública — que era uma vergonha neste estado, uma das piores do Brasil. Pois em oito anos, logramos transformar a nossa Defensoria Pública na mais bem paga, conseguimos transformá-la numa das melhores Defensorias Públicas do país. Portando registro minha gratidão à doutora Nancy, pelo esforço, pela determinação, pela coragem (como mulher), por sua atuação como defensora pública nos oito anos do meu governo. Obrigado, Nancy. Um grande beijo meu e da dona Gilda para você.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ótimo registro do deputado Zeca.. Eu aproveito para fazer um convite aos senhores deputados. Ao final da sessão nós temos uma manifestação externa, o deputado Pedrossian depois nos confirma quem é convidado; e antes da Ordem do Dia faremos a entrega ao doutor Pedro Paulo de uma comenda. Então convido os senhores deputados a permanecer depois da Ordem do Dia. Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 185/2024. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Dispõe sobre a possibilidade de o proprietário de veículo automotor, no momento da abordagem, regularizar o pagamento da taxa de licenciamento e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que estejam em atraso." A redação Final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação a redação final.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Está em votação, senhor presidente, mas eu agradeço aos colegas a ajuda na aprovação desse projeto, que acho que agiliza sobremaneira o nosso compromisso.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Gleice.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, como hoje tivemos um debate acalorado aqui, e como as informações não foram devidamente colocadas, eu queria dizer que a Itaipu tem um convênio que já ofereceu 45 milhões, além dos 15 milhões da Sanesul, para o atendimento de dez aldeias aqui no estado (ainda não é o suficiente, é preciso ampliar). E em Dourados, o Governo Federal garantiu a perfuração de vinte poços nas retomadas, mais quatro poços que estão sendo perfurados neste momento na aldeia (recursos do Governo Federal, sendo que apenas dois o foram com recursos do Governo Estadual); e desse montante, três milhões não são para perfurar poços, são para garantir que a água chegue até as residências. Era só para deixar isso informado e para lembrar

que o recurso da Itaipu tem beneficiado várias cidades, mais de trinta no sul do estado; inclusive a Rota Bioceânica tem sido também beneficiada. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 185/2024, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp – PT) — Senhor presidente, são vinte e dois votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em redação final. Projeto de Lei nº 215/2024. Autor: deputado Caravina. "Inclui no Calendário de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o Dia Estadual da Mulher Instrumentista". A redação final foi elaborada pela CCJR. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Quero declarar meu voto sim a esse importante projeto e parabenizar o deputado Caravina pela proposta. No mesmo sentido, tivemos outro projeto de lei aprovado aqui na Casa, que institui o Dia da Mulher Artista Sul-Mato-Grossense. Precisamos mesmo valorizar a cultura, valorizar a arte, e sobretudo valorizar a cultura pelo viés das mulheres, porque, quando se conseguem enxergar as mulheres nesses espaços, consegue-se enxergar toda a cultura. Parabéns, deputado, meu voto é sim. Também gostaria de registrar a presença de vários defensores públicos, categoria muito importante para a sociedade. A Defensoria Pública dá também uma contribuição importante para o nosso trabalho desempenhado aqui, ela que tem sempre esse caráter de olhar para aqueles que mais precisam. Sejam muito bem-vindos e contem sempre com esta Casa para levarmos adiante a luta da população. Obrigada pela presença.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Queria agradecer a votação dos colegas, está quase concluída, vinte e dois votos, e as palavras da deputada Gleice. Essa homenagem nós já a fizemos no ano passado, no centenário de Helena Meirelles... Bem, a ideia original era fazer essa homenagem sempre nos cem anos de uma música instrumentista; mas, como foi muito bom o evento, as mulheres ficaram muito felizes com a homenagem, cria-se agora então esse dia, que coincide com o aniversário de Helena Meirelles, para que se torne perene a homenagem desta Casa a todas as mulheres músico-instrumentistas. Obrigado pelo apoio dos colegas na votação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 0215/2024, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e três votos favoráveis, nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovada a redação final por unanimidade. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 131/2024. Autora: deputada Lia Nogueira. "Inclui no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul, instituído pela Lei nº 3.945, de 04 de agosto de 2010, o evento "Miss e Mister Indígena, a ser comemorado no mês de abril de cada ano." A Comissão de Educação, Cultura, Desporto emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar, a autora, deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, quero declarar meu voto favorável e falar da construção desse projeto de lei, desse evento que é tão importante. Hoje debatemos tanto aqui a questão indígena, a falta d'água nas aldeias de Mato Grosso do Sul, não só nas de Dourados mas nas outras áreas indígenas do estado. Bem, falar em dignidade, em tratar com humanidade os povos indígenas, é falar também desse concurso que este ano entrou em sua 13ª edição e que resgata a cultura, a tradição dos povos indígenas, das etnias guarani-kaiowá e terena na reserva de Dourados. Foi lá que surgiu

esse concurso que acabou servindo de referência para outras aldeias de Mato Grosso do Sul. Então é uma satisfação para nós podermos incluir o "Miss e Mister Indígena" no Calendário de Eventos de Mato Grosso do Sul, e não somente, deputado Renato Câmara, pelo evento em si, que mostra a beleza, a cultura, mas também pelo resgate do respeito para com as comunidades guarani-kaiová e terena. Obrigada.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar o seu voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu quero aqui declarar o meu voto sim a esse importante projeto de valorização da cultura. Tais iniciativas colocam em evidência a cultura indígena e conscientizam a sociedade da necessidade de ter um outro olhar para a população indígena, afinal, mesmo nas cidades próximas às regiões de conflito percebe-se ainda muito preconceito, e esses eventos levantam a autoestima da população indígena, infundindo-lhes até coragem para ir à cidade. De fato, muitos ainda têm medo de ir para a cidade, por sentirem-se discriminados nos espaços não indígenas, nas universidades, nas escolas; já ouvi vários relatos de universitárias indígenas de como elas se sentem dentro desses espaços... Então, iniciativas como essas melhoram, dizia eu, a autoestima da população indígena e fazem, na medida em que lhe transmitem o sentimento de também pertencer à sociedade. Parabéns, deputada Lia: esta é uma pauta importante.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 00131/2024, de autoria da deputada Lia Nogueira.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, vinte e três votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado por unanimidade. Vai ao Expediente. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 086/2025. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos nas Leis nº 1.102, de 10 de outubro de 1990; n 3.150, de 22 de dezembro de 2000, e nº 3.545, de 17 de julho de 2008, tendo em vista a necessidade de reestruturar a Agência de Previdência Social de Mato Grosso do Sul (Ageprev), considerando as atribuições desenvolvidas na operacionalização dos direitos previdenciários dos servidores estaduais, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e

Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Coronel David. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, não é nem declaração de voto, é só um esclarecimento. Uma coisa importante é que o projeto não tem nenhum impacto na contribuição dos servidores nem nos planos de saúde (que protegem mais de dez mil vidas). Outra coisa pouco assinalada, algo inovador do ponto de vista social e humanitário, é que esse projeto implanta, para as servidoras do estado, o direito à licença-maternidade para as mães de filhos natimortos.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — O deputado Zeca tem a palavra, pela ordem.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, agradecendo a bondade de Vossa Excelência para comigo, mais uma vez quero dar aqui uma notícia de utilidade pública: ontem, na Caminhada dos Prefeitos, em Brasília, o governo Lula anunciou 130 mil novas casas no programa Minha Casa Minha Vida. Vinte mil para municípios com menos de 20 mil habitantes, e 110 mil casas novas para municípios com menos de 50 mil habitantes. A inscrição vai até dia 28, para os prefeitos se articularem... Para finalizar, presidente, estou propondo à nossa bancada, à minha querida Jane e ao Pedro Kemp, que criemos um sorteio, um brinde: vamos dar uma bicicleta para quem chegar primeiro mostrando para nós a fotografia de uma casa verde-amarela levantada pelo Bolsonaro, porque até agora não vi nenhuma.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação.

Projeto de Lei nº 086/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito ao segundo-secretário o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Relembro aos senhores deputados que assim que finalizarmos a votação, vamos entregar a moção ao nosso defensor público-geral, antes do encerramento da sessão.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Só para registrar, senhor presidente, a presença da equipe da Fundação Chapadão, aqui prestigiando a nossa sessão; estão o presidente Wilton, o vice Pompílio e o diretor André.

PRESIDENTE(deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia! Bem-vindos à nossa Casa. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Vinte e sete indicações e três moções de congratulação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Item 6. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Jamilson Name, em razão do falecimento do senhor Reinaldo Carvalho. Proposta pela deputada Mara Caseiro, em razão do falecimento do senhor Claudinei da Silva. Proposta pelo deputado Pedro Kemp, em razão do falecimento da senhora Máisa Vargas Veiga Grego. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Agradeço aos senhores deputados. Está suspensa a sessão (11h19min)... Deputado Junior Mochi, queira por favor convidar o nosso homenageado... E convido-os para descer ali e tirar uma foto, deputado Paulo Corrêa e deputado Pedro Kemp.

MESTRE DE CERIMONIA (Severina da Silva) — Parlamentares, demais autoridades, familiares e amigos do homenageado, senhoras e senhores, bom dia! Sejam todos muito bem-vindos a este Parlamento. A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, de acordo com o que dispõe a Resolução nº 107, de 18 de outubro de 2024, por iniciativa do deputado Junior Mochi, vice-presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação e corregedor parlamentar, concede nesta manhã a Comenda do Mérito Legislativo ao doutor Pedro Paulo Gasparini. O doutor Gasparini, natural de Araçatuba, Estado de São Paulo, em 2004, por concurso público, assumiu o cargo de defensor público substituto do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo atuado nas comarcas de Nioaque, Paranaíba e Ponta Porã, onde foi coordenador da 8ª Regional. Em 2017, em Campo Grande, esteve na coordenação do Núcleo de Ações Institucionais e Estratégicas e de Execução Penal. No ano de 2023, foi eleito defensor público-geral do Estado de Mato Grosso do Sul, e reeleito em 2025. Neste momento, o proponente, deputado Junior Mochi, fará a entrega ao defensor público-geral do Estado de Mato Grosso do Sul, doutor Pedro Paulo Gasparini, a Comenda do Mérito Legislativo. Esta honraria é composta por uma medalha de lapela onde vem cunhado "Palácio Guaicurus", sede deste Parlamento, um bóton com as cores da bandeira do estado e um diploma. Neste instante, o deputado Junior Mochi, juntamente com o presidente deste Parlamento, deputado Gerson Claro, e os demais parlamentares da 12ª Legislatura, entregam a Comenda do Mérito Legislativo, instituída pela Resolução nº 107/2024, ao doutor Pedro Paulo Gasparini. Convidamos os pais do homenageado para que se dirijam aqui à frente, no plenário especial, senhor Pedro e senhora Ismênia, para o registro deste momento especial, por gentileza... Estamos ao vivo

também pela Rádio Alems, na frequência 105.5, conectada com a Rádio Senado. Por autorização do deputado Junior Mochi, convidamos os demais defensores públicos, assim que terminar a Sessão Ordinária, a virem também tirar uma foto com o homenageado. Agora, o presidente Gerson Claro retoma a presidência, dando continuidade à Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Está reaberta a sessão (11h25). Consulto os senhores deputados se alguém vai falar nas Explicações Pessoais... Registramos a presença do senhor José Carlos dos Santos, vereador de Iguatemi; do Hudeylson Escobar, vereador de Bandeirantes; do senhor Erlon Dionísio, vereador de Ivinhema; do Claudemir Batista, vereador de Ivinhema; e do Vagner Pires, vereador também de Ivinhema. Obrigado pela presença. Já vamos nos encaminhando para o encerramento da sessão, e quero agradecer a presença de todos: da Nancy e demais defensores públicos... Mais uma vez parabéns ao nosso amigo Pedro Paulo, defensor público-geral, parabéns aos seus pais e aos seus colegas, pela honraria recebida: obrigado pelo trabalho de vocês em prol do nosso Mato Grosso do Sul . Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente sessão (11h27min).